



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO/RJ.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023

A empresa **I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Tenente Coronel Cardoso, 1031, sala 813, Centro, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28035-042, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.466.232/0001-05, por sua representante legal **ISABELA APARECIDA RANGEL DE AZEVEDO**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº. 168.291 – OAB/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº. 115.739.717-40, residente e domiciliada na Rua Voluntários da Pátria, 400, Centro, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28035-260 VEM, com o habitual respeito apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por CRIAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.836.465/0001-52, já devidamente qualificada, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do § 3º, do art. 109 da Lei 8.666/93, *“Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”*

Portanto, após a notificação da razoante, ocorrida em 10 de março de 2023 (sexta-feira), esta teria até o dia 17/03/2023 **para oferecer suas contrarrrazões**, razão pela qual o seu prazo ainda está em curso.

2. OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES

Rua Tenente Coronel Cardoso, 1031, sala 813
Centro – Campos dos Goytacazes/RJ – CEP: 28035-042
rangeldeazevedoconstrutora@gmail.com
22. 998536339
CNPJ: 44.466.232/0001-05



Tem por objeto a **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023**, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO GINÁSIO POLIESPORTIVO VIVALDO BARRETO.

Alega a recorrente, em apertada síntese, que houve equívoco da Comissão Permanente de Licitação, quando na Sessão de Julgamento cuja Ata foi lavrada em 06 de março de 2023, e após análise minuciosa da documentação indexada sob o envelope de Habilitação protocolado, teria habilitado as empresas I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA (ora Recorrida), MELO E FONTES REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº. 07.010.331/0001-51 e CRIAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA (ora Recorrente).

Asseverou a recorrente que: As empresas habilitadas “Não demonstraram através da documentação apresentada no certame, estarem aptas a receberem tal habilitação”, e passou a expor suas razões de fato, as quais serão rebatidas a seguir.

3. DO LIMITE AO OBJETO DA PRESENTE MANIFESTAÇÃO

Preliminarmente, reitera a Recorrida a interposição de manejo recursal em desfavor das empresas I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA (ora Recorrida) e MELO E FONTES REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, limitando-se, esta Recorrida, a manifestar-se apenas nos termos em seu desfavor.

4. DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

Alega a Recorrente que a Recorrida **não teria COMPROVADO possuir PROFISSIONAL DETENTOR DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**, tampouco **APRESENTADO ATESTADO QUE CONFERISSE AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS PARA SE HABILITAR NA LICITAÇÃO**, onde para consolidar seus argumentos, passa a indexar pré-questionamento realizado pela Sra. Rafaella Julio disponibilizado no portal da transparência.



RANGEL DE AZEVEDO
CONSTRUTORA

**4.1. DA SUPOSTA NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO COM PROFISSIONAL
DETENTOR DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Inobstante o arguido pela Recorrente, cumpre esclarecer ter a Recorrida apresentado em seu conjunto de documentos, CONTRATO de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, onde comprova vínculo do Profissional Renato Sergio de Oliveira, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/RJ sob o nº. 81121025-2:

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
RESPONSABILIDADE TÉCNICA, na forma abaixo:**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado, a Empresa **I A
R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA ME.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNP.
sob o nº. 44.466.232/0001-05, com sede estabelecida na Rua Tenente Coronel Cardoso, 1031,
sala 813, Transamérica Esuits, Centro, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28035-
042, neste ato representada por sua sócia e representante legal **ISABELA APARECIDA RANGEL
DE AZEVEDO**, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Rua Wilson Gomes
Campinho, 45, Goitacazes, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28100-000,
portadora da Cédula de Identidade RG nº. 168.291, OAB/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o nº.
115.739.717-40, na forma de seu estatuto social em vigor, e doravante denominada
CONTRATANTE e, de outro lado, como CONTRATADO **RENATO SÉRGIO DE OLIVEIRA**,
brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Evandro Guimarães
Monteiro, 32, casa 01, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP: 28060-080, inscrito no
CREA/RJ sob o nº. 81121025-2, portador do CPF/MF sob o nº. 390.435.507-44, tem entre si,
justo e assentado o presente Contrato, nos termos que seguem:

Ramo Atividade: * [Detalhar Ramo de Atividade](#)

Responsável Técnico: [1](#)

Responsável Técnico

Registro	Nome	Situação	Início no QT	Início como RT	Ramo	Última Anuidade Paga
1981121025	RENATO SERGIO DE OLIVEIRA	NORMAL	01/02/2023	01/02/2023	OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL	2023



RANGEL DE AZEVEDO
CONSTRUTORA

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S):

RENATO SERGIO DE OLIVEIRA

Carteira Nº RJ-RJ-43731/D/D

RNP: 2002557535

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL

Atribuições: DEC 23569/33 - ART 29(TDS.ALÍNEAS)
DEC 23569/33 - ART 28(TDS.ALÍNEAS)

Inclusão como QT: 01/02/2023

Expedida em: 06/02/1981 pelo Crea-RJ

Registro: 1981121025 expedido em 22/02/1978

Inclusão como RT: 01/02/2023

Ramo Atividade: OBRAS E SERVICOS DE ENGA CIVIL / OS ENGA CIVIL

Ademais, além da comprovação emitida pelo CREA/RJ da disponibilização de seu quadro Técnico, também apresentou prova de Registro da empresa Recorrente no CREA, dentro da validade, conforme exigência editalícia:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

37166/2023

VÁLIDA ATÉ: 31/03/2023

Certificamos que a Pessoa Jurídica, abaixo citada, encontra-se registrada neste Conselho, nos termos da Lei Federal Nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, não apresentando débitos para com o Crea-RJ até a presente data, assim como seus responsáveis técnicos. As atividades da empresa estão restritas ao(s) ramo(s) especificado(s) nesta CERTIDÃO e somente podem ser exercidas com a participação efetiva do(s) respectivo(s) responsável(eis) técnico(s).

DADOS DO REGISTRO

Registro: 2022200791

Razão Social: I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 44.466.232/0001-05

Data Registro: 13/06/2022

Endereço: RUA TENENTE CORONEL CARDOSO 1031 SALA 813
TRANSAMERICA ESUITS, CENTRO - CAMPOS DOS GOYTACAZES -
RJ, CEP: 28035-042

4.2. DO SUPOSTO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 7.6.1. – “b” do Edital

Previu o Edital:

“7.6.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, todos os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

Rua Tenente Coronel Cardoso, 1031, sala 813
Centro – Campos dos Goytacazes/RJ – CEP: 28035-042
rangeldeazevedoconstrutora@gmail.com
22. 998536339
CNPJ: 44.466.232/0001-05



RANGEL DE AZEVEDO

CONSTRUTORA

b) Capacitação técnico-profissional: Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho respectivo, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, vinculado ao quadro da licitante, comprovando a sua responsabilidade técnica na execução de obra, **pertinente e compatível com o objeto da licitação.**”

Com o fim de cumprimento do requerido, a Recorrida apresentou à esta Comissão três Atestados de Responsabilidade Técnica, emitidos em favor do Responsável Técnico vinculado à Recorrida Renato Sergio de Oliveira, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/RJ sob o nº. 81121025-2, todos devidamente registrados no CREA/RJ.

Por sua ordem, todos os atestados indexados comprovam a execução de serviços PERTINENTES E COMPATÍVEIS COM O OBJETO DO EDITAL, QUAL SEJA: REFORMA DE GINÁSIO POLIESPORTIVO.

Depreende-se do próprio texto editalício que: A COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO – NO QUE TANGE AO RESPONSÁVEL TÉCNICO - DEVERÁ SE DAR EM **OBJETO PERTINENTE E COMPATÍVEL**, NÃO SE REFERINDO A QUANTITATIVOS.

Pois bem.

Inobstante a comprovação pela Recorrida da execução de serviços compatíveis em PERTINÊNCIA com o objeto do Edital, mediante apresentação dos CATs. 3456/2007, 17309/2005 e 10695/2002, fundamenta a recorrente que os atestados não comprovam as parcelas de maior relevância supostamente definidas por meio do email de esclarecimento disponibilizado pela Comissão no Portal de Transparência, entretanto, conforme a seguir exporemos, os fundamentos trazidos a baila pela Recorrente não merecem prosperar por razões que esbarram não apenas nos aspectos já consolidados na Lei, mas também ao entendimento Jurisprudencial pacificado pelo TCU.



RANGEL DE AZEVEDO
CONSTRUTORA

4.2.1. DO EFEITO NÃO VINCULANTE DAS RESPOSTAS AOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

Importante destacar que, a Recorrente confunde institutos jurídicos de direito administrativo quando manifesta sua insatisfação pela habilitação da Recorrida, senão vejamos:

Cumpre-nos diferenciar de forma a demonstrar a confusão da Recorrente, o que é um **pedido de esclarecimento** e o que é uma **impugnação ao edital**.

Apesar de serem importantes instrumentos a serem utilizados pelos licitantes sempre que se depararem com pontos que gerem **dúvidas ou algum tipo de erro** em editais de licitação, **eles possuem aplicações e resultados diversos e precisam ser utilizados da melhor maneira em cada situação.**

Se o objetivo do licitante não é alterar o edital, mas **tão-somente elucidar** algum ponto omissos, obscuro ou que o deixou em dúvida, o instrumento mais adequado para saná-la é a apresentação de um simples pedido de esclarecimento. Alguns editais podem ser confusos ou não deixar claro alguns pontos ou exigências, sendo que a resposta ao pedido de esclarecimento servirá exatamente para suprir essa lacuna (Lei 8.666/93, inciso VIII do art. 40).

A impugnação ao edital, por sua vez, é um instrumento mais formal que o pedido de esclarecimento e **tem por finalidade suscitar alguma falha ou irregularidade no edital**. Assim, sempre que o edital desobedecer ao que determina a lei, **contiver exigências desnecessárias, impróprias ou restritivas**, ele deve ser impugnado para que seja devidamente alterado (art. 41 da Lei 8.666/93).

Os pedidos de esclarecimento, diferentemente das impugnações, não necessariamente possuem o potencial de modificar os termos do edital. No entanto, pode acontecer de a Administração reconhecer, a partir de um pedido de esclarecimento, a necessidade de se fazer modificações no instrumento convocatório.

Nessas situações em que são necessárias alterações nas cláusulas do edital, seja em virtude de um pedido de esclarecimento ou de uma impugnação, **e que estas alterações impactem na formulação das propostas dos licitantes, o edital deverá ser republicado pela mesma forma em que se deu a publicação do texto original, inclusive**

reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93 (art. 55, § 1º da Lei 14.133/2021):

Art. 21. § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. Reproduzido na nova lei de licitações em seu art. 55, § 1º:

Art. 55. § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

Repisa-se! Quando a alteração não for capaz de afetar a formulação das propostas, não será necessária a REPUBLICAÇÃO DO EDITAL, em caso oposto, ESTAREMOS DIANTE DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA CONCORRÊNCIA!!

Dessa forma, consoante jurisprudência do **TCU**:

É necessária a republicação do edital nos casos em que as respostas aos pedidos de esclarecimentos de licitantes, ainda que publicadas em portal oficial, impactem na formulação das propostas, em conformidade com o disposto no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993. (Acórdão 702/2014, relator Ministro Valmir Campelo)

Esclarecimento, pela Administração, de dúvida suscitada por licitante que importe na aceitação de propostas com exigências distintas das previstas no edital não supre a necessidade de republicação do instrumento convocatório (art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 548/2016 - relator Ministro José Múcio Monteiro)

A verdade é que a empresa Recorrente, tenta confundir esta Comissão, impondo a aplicação de um Instituto (Pedido de esclarecimento) em detrimento da livre concorrência (onde para que houvesse vinculação ao esclarecido haveria necessidade de IMPUGNAÇÃO AO EDITAL – BEM COMO REPUBLICAÇÃO DESTE ÚLTIMO), não merecendo prosperar as infundadas alegações da Recorrente.

4.3. DA DECLARAÇÃO APRESENTADA PELA RECORRIDA PARA COMPROVAÇÃO DO EXIGIDO NO ITEM 7.6 “H” DO EDITAL

Alega a Recorrente suposta incoerência de datas na descrição da declaração apresentada pela Recorrida, bem como a suposta estranheza pela empresa contratante também ser do ramo da Engenharia Civil.

Pois bem. No que tange as datas, possivelmente estamos diante de um **erro de digitação**, que não foi percebido pela Recorrida e tampouco pela Empresa Emitente, uma vez que, o serviço foi prestado pela Recorrida à empresa M J A da Costa Construções no período compreendido entre 01/08/2022 e 20/12/2022 – Destacamos aqui que a abertura da Empresa Recorrida deu-se em novembro/2021.

Destacamos aqui ainda que, a empresa M J A da Costa Construções presta serviços em diversas localidades (e Estados), para empresas públicas e privadas e em muitas das vezes, terceiriza seus serviços, razão pela qual contratou a Recorrida para execução do serviço para o qual firmou a declaração anexada ao certame.

Importante ainda reforçar que, caso parem quaisquer dúvidas acerca da efetiva execução do serviço declarado/atestado, basta sejam realizadas diligências a fim de serem certificados a declarada execução.

Por todo exposto, vale lembrar que, as exigências fáticas editalícias podem ser comprovadas por meio idôneo diversos do expressamente previstos, não devendo ser admitido a inabilitação de uma empresa por excesso de formalismo. Não se mostrando razoável afastar a Recorrida da sua condição de habilitada em face de uma irregularidade passível de confirmação (questão das datas – e confirmação da execução por diligência).

Neste azo, aguarda a empresa Recorrida, reste inadmitido o recurso também quanto ao tópico em comento.

5. DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lúdima justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja mantida a decisão do Douto Presidente deste certame, mantendo a classificação da empresa **I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA, conforme motivos consignados a Ata de Habilitação, bem como diante da ausência de fundamentação pertinente para inabilitação**;

C – Caso sejam deferidos os pedidos da Recorrente, REQUEREMOS que, com fulcro no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Cabo Frio, 16 de março de 2023.

I A R DE AZEVEDO CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ sob o nº. 44.466.232/0001-05